

Manifesto dos Economistas em defesa da Eletrobras

O governo Temer apresentou à sociedade brasileira seu projeto de reestruturação radical do setor elétrico brasileiro, que tem como um dos principais elementos a privatização da Eletrobras.

Este projeto encontra seu sentido mais profundo na promoção do aumento da exploração, que passa pela eliminação de direitos sociais e pela mercantilização das políticas públicas e dos espaços públicos. No setor elétrico, este movimento se expressa na tentativa de privatização da Eletrobras, ação que se articula com o processo de avanço de desnacionalização e financeirização da economia. Ainda, tem como consequência a desativação dos centros internos de decisão, constituindo uma séria ameaça à soberania do país.

O Setor Elétrico Brasileiro hoje está, portanto, diante de grandes desafios. A privatização generalizada do setor na década de noventa, que faz com que o setor seja majoritariamente privado em praticamente todos os segmentos, desarticulou a estrutura montada entre 1960 e 1980. Nesse período, a Eletrobras foi a responsável pela estruturação de um setor elétrico moderno, cooperativo, altamente integrado e cuja base é predominantemente formada por energia renovável. Na década de noventa, no bojo da onda privatizante, esse modelo foi atacado e desestruturado. A Eletrobras teve ativos importantes vendidos, mas conseguiu manter outros ativos estratégicos em seu portfólio graças à derrota do projeto privatizante nas eleições de 2002.

Hoje, a Eletrobras ainda possui importantes ativos espalhados por todos os estados do país, o que revela sua grande capilaridade. É a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, atuante no segmento de geração, transmissão, distribuição e comercialização, controladora de 14 subsidiárias (Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, CGTEE, Amazonas GT, Distribuição Amazonas Energia, Ceal, Cepisa, Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia, uma empresa de participações – Eletropar), um centro de pesquisa – Cepel – e com participação de 50% do Capital Social de Itaipu Binacional,

Em 2017, a Eletrobras possuía 32% da capacidade instalada de geração de energia do país e 47% das linhas de transmissão de energia. São 233 Usinas (48 Hidroelétricas, 112 Térmicas, 2 usinas nucleares, 70 eólicas e 1 usina solar). Na Transmissão, são 79 mil Km de linhas espalhadas por todo o país.

Em poucas linhas, eis o porquê de a Eletrobras ser estratégica:

- Controle de 50% dos reservatórios de água para geração de energia, incluídas aí as bacias do Rio Paraná, Rio São Francisco, Rio Tocantins e Rio Xingu, entre outros;
- Principal responsável pelos Estudos Básicos e Projetos de Geração e Transmissão;
- Presença fundamental nos grandes projetos do Setor, pelo conhecimento técnico, experiência e segurança que traz para investidores e consumidores;
- O uso múltiplo das águas é um problema mundial. A água é um recurso valioso. Não podemos privatizar nossas empresas com portfólio de energia hídrica e de serviços de

água e saneamento. O controle da Eletrobras é uma forma de o Estado manter participação ativa nesta discussão;

- Desenvolvimento Tecnológico – com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico –, mas também na atuação direta de suas subsidiárias;
- Coordenadora do Proinfa, programa de estímulo à diversificação da matriz elétrica brasileira, extremamente bem-sucedido, que viabilizou a escala comercial para energia eólica no país e foi, em grande medida, responsável pelo salto de 21 MW para mais 11.000 MW instalados em 2017;
- Está à frente da Integração Elétrica da América Latina. A atuação da empresa ampliou a segurança energética do Brasil e dos países vizinhos, haja vista Itaipu, as várias linhas de transmissão com Argentina, Uruguai, Venezuela e os estudos de projetos binacionais;
- É fundamental para a garantia do suprimento de energia elétrica, esse insumo básico da economia, atuando mesmo onde o setor privado não demonstra interesse e provendo os investimentos necessários.

O Brasil não pode abrir mão dessa grande empresa, que presta um grande serviço ao país e que é também um potente instrumento para aplicação de políticas públicas.

Não aceitaremos a privatização desse patrimônio brasileiro. Exigimos que o governo promova uma discussão democrática e republicana, que represente de fato a busca de uma nação socialmente justa e politicamente soberana, que atue na direção da promoção do caráter público desse insumo básico e contra a crescente mercantilização da energia elétrica. Energia não é mercadoria! É direito!

Expressamos, com esse manifesto, nosso total repúdio à proposta de privatização da Eletrobras.

Assinam este manifesto:

Antônio dos Santos Magalhães
Fernando D'Angelo
Flávia Vinhaes Santos
Gilberto Caputo Santos
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Antonio Lutterbach Soares
Paulo Passarinho
Sergio Carvalho Cunha da Motta
Sidney Pascoutto da Rocha
Wellington Leonardo da Silva

Obs: Caso algum outro economista queira assinar este Manifesto, favor entrar em contato com a Sra. Paula através do telefone (21) 2103-0105 ou email: paula@corecon-rj.org.br